



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1005990-47.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - ASSUNTOS ANTIGOS DO SAJ - DECLARATÓRIA**
 Requerente: **Vilma de Fátima Baffa Prado**
 Requerido: **'Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que é correntista do réu e que foi surpreendida com a inclusão em faturas de seus cartões de crédito de diversas compras com as quais não teve ligação alguma.

Alegou ainda que comunicou o fato ao réu, sendo restituída de tais montantes posteriormente.

Salientou que tal fato se repetiu duas outras vezes, de sorte que almeja ao ressarcimento dos danos morais que suportou.

O réu em contestação não impugnou específica e concretamente os fatos articulados pela autora e sequer se pronunciou sobre os documentos pela mesma coligidos.

Ao contrário, limitou-se a asseverar que não houve falha na prestação dos serviços a seu cargo, que a autora não cancelou seus cartões de forma adequada e que com isso teria facilitado o acesso de terceiros aos mesmos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

A leitura da petição inicial e da contestação demonstra que essa última não constituiu instrumento hábil para contrapor-se àquela.

Na verdade, em momento algum foi trazida à colação qualquer discussão em torno de cancelamento de cartões de crédito ou da facilitação de seu acesso por parte da autora.

O próprio réu reconheceu que as compras assinaladas na peça vestibular não foram concretizadas pela autora, tanto que lhe restituiu as somas correspondentes.

Diante disso, resta claro que o réu não ofertou um só elemento que sequer em tese pudesse abalar a dinâmica fática relatada na exordial.

Quanto aos danos morais invocados pela autora, tenho-os como presentes.

Qualquer pessoa mediana não se veria em posição tranquila se estivesse no lugar da autora.

Isso porque mesmo em se reconhecendo a sofisticação que nos dias de hoje alcançam as fraudes que se perpetram é inegável a desídia do réu ao permitir que por seguidas vezes (inclusive após a propositura da ação – fls. 138/139) fossem atribuídas à autora compras que ela não realizou.

Fato dessa ordem suceder uma vez pode até ser compreensível, mas em hipótese alguma se admite a reiteração que aqui se viu.

Outrossim, transparece claro que todo esse panorama rendeu ensejo a abalo de vulto da autora que ultrapassou em larga medida os meros dissabores próprios da vida cotidiana, não tendo o réu ao menos na espécie vertente dispensado à mesma o tratamento que seria exigível.

É o que basta para a caracterização dos danos morais passíveis de ressarcimento.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora até em consonância com a orientação deste Juízo em situações semelhantes em R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexistência de qualquer débito a cargo da autora derivado dos fatos tratados nos autos e para condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 8.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**